

Exmo. Senhor Clélio Campolina Diniz
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sala 500
CEP 70067-900
Brasília, Distrito Federal

José da Silva Seráfico de Assis Carvalho
Diretor Executivo
Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera - FDB
Rua dos Crisântemos, 70 – Aleixo
CEP: 69083-230
Manaus - Amazonas

Ref.: Cooperação Técnica Não Reembolsável
No. ATN/OC-14154-BR. Avaliação dos Impactos
das Mudanças Climáticas sobre a Floresta
Amazônica.

Prezados Senhores,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre a República Federativa do Brasil, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (doravante denominado “Beneficiário”), a Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (doravante denominada “Órgão Executor”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas conversíveis, que será desembolsado a débito dos recursos do Fundo do Programa Especial do BID de Energia Sustentável e Mudança Climática (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica cujo objetivo é avaliar os impactos do aumento de CO2 atmosférico na Floresta Amazônica e suas potenciais implicações econômicas (doravante denominado “Projeto”), descrito no Anexo Único, que é parte integrante deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco, o Beneficiário e o Órgão Executor acordam o seguinte:

Primeiro. Partes integrantes do Convênio. Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas

Gerais”; e pelo Anexo Único aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais, define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. Órgão Executor. A execução do Projeto e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão à Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (FDB) (doravante denominada “Órgão Executor”), cuja capacidade legal e financeira para atuar como tal é atestada pelo Beneficiário.

Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco: (i) das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais; e (ii) da apresentação pelo Órgão Executor de evidência de que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 13 das Normas Gerais.

Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição. Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuarem no Projeto a partir de 2 de dezembro de 2013 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. Prazos. (a) O prazo para a execução do Projeto será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 30 (trinta) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sexto. Custo total do Projeto e recursos adicionais. (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), incluindo o apoio técnico, logístico e de secretaria necessários para o desenvolvimento do Projeto, assim como outros recursos requeridos para a plena e ininterrupta execução do Projeto. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares), a fim de completar a soma equivalente a US\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares), custo total estimado do Projeto, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Projeto.

(b) 50% (cinquenta por cento) do Aporte do Beneficiário poderá ser não financeiro e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Projeto que consta do Anexo Único.

Sétimo. Reconhecimento retroativo de despesas a débito do Aporte. O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Projeto as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Projeto a partir de 2 de dezembro de 2013 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Oitavo. Moedas para os desembolsos. O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares.

Nono. Taxa de Câmbio. Para efeitos do estipulado no Artigo 9 das Normas Gerais deste Convênio, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo.

Décimo. Uso da Contribuição. Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a contratação de consultores e para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria dos países membros do Banco. Em consequência, os procedimentos e as bases específicas das licitações ou de outras formas de contratação dos serviços e bens financiados com recursos da Contribuição deverão permitir a livre concorrência de fornecedores de bens, de serviços diferentes de consultoria e de consultores desses países.

Décimo primeiro. Aquisição de bens e contratação de serviços diferentes de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 11(f) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Beneficiário e do Órgão Executor e o Beneficiário e o Órgão Executor aceitem por escrito sua aplicação.

(b) Para a contratação de serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Aquisições, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva aquisição ou contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) O limite que determina o uso da concorrência pública internacional será colocado à disposição do Beneficiário e do Órgão Executor, na página www.iadb.org/procurement. Abaixo deste limite, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e as características da aquisição ou contratação, devendo estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(d) No que se refere à utilização do método de licitação pública nacional, este poderá ser utilizado sempre que as contratações ou aquisições sejam realizadas de conformidade com o(s) documento(s) de licitação acordados entre o Beneficiário, o Órgão Executor e o Banco.

Décimo segundo. Seleção e Contratação de Serviços de Consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 11(f) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas

de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Beneficiário e do Órgão Executor e o Beneficiário e o Órgão Executor aceitem por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será colocado à disposição do Beneficiário e do Órgão Executor, na página www.iadb.org/procurement. Abaixo deste limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Beneficiário e do Órgão Executor.

Décimo terceiro. Uso de sistemas de país. Para efeitos do disposto no Artigo 11(b) das Normas Gerais, as partes fazem constar que na data de assinatura deste Convênio não se prevê o uso de sistemas de país para a aquisição de bens ou a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto.

Décimo quarto. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 11(c) das Normas Gerais, o Órgão Executor deverá utilizar o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

Décimo quinto. Acompanhamento e Avaliação. O Órgão Executor deverá apresentar ao Banco: (a) relatórios trimestrais de andamento, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à finalização de cada trimestre calendário, os quais deverão incluir, entre outros assuntos: (i) as atividades realizadas durante o período imediatamente anterior; (ii) a atualização e discriminação das atividades a serem realizadas no semestre seguinte; (iii) a execução e atualização do plano de aquisições; (iv) a informação financeira sobre a aplicação dos recursos e da contribuição local; (v) o cumprimento das cláusulas contratuais; e (vi) os resultados e metas alcançadas; e (b) um relatório final, dentro de 6 (seis) meses contados do término da última atividade do Projeto, que deverá incluir, entre outros assuntos: (i) as atividades efetivamente realizadas; (ii) os resultados e metas alcançadas; (iii) a execução do plano de aquisições; (iv) as dificuldades e boas práticas da elaboração e do mecanismo de execução do Projeto; e (v) as lições aprendidas para futuras operações.

Décimo sexto. Demonstrações financeiras e outros relatórios. O Órgão Executor compromete-se a que seja apresentado, a satisfação do Banco, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data estipulada para o último desembolso da Contribuição, as demonstrações financeiras do Projeto, auditadas pela Controladoria Geral da União (CGU) ou, caso a CGU esteja impossibilitada, por empresa privada de auditores independentes reconhecida pelo Banco.

Décimo sétimo. Acesso à informação. (a) O Beneficiário e o Órgão Executor comprometem-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se consideram que este contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, caso em que o Beneficiário e o Órgão Executor comprometem-se a indicar tal informação nas disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto deste Convênio, depois que este tenha entrado em vigor e o prazo antes mencionado tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário e o Órgão Executor tenham qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

(b) De acordo com a Política de Acesso à Informação acima referida, e sujeito às suas disposições, o Banco divulgará ao público as Demonstrações Financeiras Auditadas (“DFAs”) recebidas do Órgão Executor, em conformidade com o Parágrafo Décimo sexto.

(c) Nos casos em que o Órgão Executor identificar informação contida nas DFAs que considere confidencial, conforme as exceções previstas na Política de Acesso à Informação, este deverá preparar uma versão resumida das DFAs, de maneira satisfatória para o Banco, para divulgação ao público.

Décimo oitavo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço a seguir, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Beneficiário:

Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento-SEPED
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sala 242
CEP 70067-900
Brasília, Distrito Federal

Do Órgão Executor:

Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera - FDB
Rua dos Crisântemos, 70 – Aleixo
CEP: 69083-230
Manaus - Amazonas

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Sas., como representantes do Beneficiário e do Órgão Executor, a aceitação dos mesmos aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 3 (três) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da última das assinaturas pelo Beneficiário e pelo Órgão Executor.

Atenciosamente,

/A/

Daniela Carrera-Marquis
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

República Federativa do Brasil
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

/A/

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado

Data: 20 de maio de 2014

DE ACORDO:

Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera - FDB

/A/

JOSÉ DA SILVA SERÁFICO DE ASSIS CARVALHO
Diretor Executivo

Data: 28 de maio de 2014

**NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERACÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS**

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo ou dos respectivos Anexos, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto; e
- (ii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte;

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, o respectivo aviso.

Artigo 3. Requisitos para todos os desembolsos. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário: (a) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito ou por meios eletrônicos, de acordo com a forma e condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em respaldo a esse pedido, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes requeridos pelo Banco; (b) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira na qual o Banco realizará os desembolsos da Contribuição; (c) salvo acordo em contrário com o Banco, os pedidos deverão ser apresentados, o mais tardar, com trinta 30 (trinta) dias calendário de antecedência à data em que vencer o prazo para desembolsos ou a sua prorrogação, acordada por escrito entre o Banco e

o Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso; e (d) que não tenha ocorrido nenhuma das circunstâncias descritas no Artigo 7 destas Normas Gerais.

Artigo 4. Forma dos desembolsos da Contribuição. (a) O Banco poderá efetuar desembolsos a débito da Contribuição da seguinte forma: (a) mediante transferências em favor do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, das somas a que tenha direito de acordo com este Convênio sob a modalidade de reembolso de despesas ou adiantamento de fundos;¹ (ii) mediante pagamentos por conta do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e em acordo com ele, a terceiros ou outras instituições bancárias; e (iii) mediante outra modalidade que as partes tenham acordado por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiro em razão dos desembolsos será de responsabilidade do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso.

(b) A débito da Contribuição e cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 2 e 3 destas Normas Gerais e nos Artigos pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar o desembolso de recursos da Contribuição para:

- (i) Reembolsar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, as despesas relacionadas com a execução do Projeto que tenha financiado com seus recursos ou com outras fontes de financiamento, que sejam financiáveis com recursos da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. Salvo acordo expresso entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, deverão ser realizados prontamente à medida que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, incorra nessas despesas ou, o mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada semestre calendário ou em outro prazo que as partes acordem; e
- (ii) Adiantar recursos ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, com base nas necessidades de liquidez do Projeto para cobertura das despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. O montante máximo de cada adiantamento de fundos será fixado pelo Banco e consistirá em uma quantidade determinada com base nas necessidades de liquidez do Projeto para cobrir previsões periódicas de despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição. Em nenhum momento o montante máximo de um adiantamento de fundos poderá exceder a soma requerida para o financiamento dessas despesas, durante um período de até 6 (seis) meses, de acordo com o cronograma de investimentos e o fluxo de recursos requeridos para esses propósitos, e a capacidade demonstrada do

¹ “Adiantamento de fundos” significa o montante de recursos antecipados pelo Banco ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a débito dos recursos da Contribuição, para atender despesas elegíveis do Projeto.

Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, para administrar de forma eficiente os recursos da Contribuição.

(c) O Banco poderá: (i) ampliar o montante máximo de uma antecipação de fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos que, a critério do Banco, o justifiquem, sempre que tenha sido justificadamente solicitado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, e tenha sido apresentado, à satisfação do Banco, um demonstrativo das despesas programadas para a execução do Projeto correspondente ao período de antecipação de fundos vigente; ou (ii) efetuar uma nova antecipação de fundos com base no indicado no inciso (b)(ii) anterior quando tenha sido justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos anterior(es).

(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados da Contribuição não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente, à satisfação do Banco, de acordo com as disposições estabelecidas neste Convênio.

Artigo 5. Período de encerramento.² O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá: (a) apresentar, à satisfação do Banco, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, a documentação de respaldo das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco houver solicitado; e (b) restituir ao Banco, no mais tardar, até o último dia do vencimento do Período de Encerramento, o saldo não utilizado ou não devidamente justificado dos recursos desembolsados da Contribuição. Caso esteja previsto o financiamento dos serviços de auditoria a débito dos recursos da Contribuição e esses serviços não sejam encerrados e pagos antes do vencimento do Período de Encerramento a que se refere o inciso (a) anterior, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá informar e acordar com o Banco a forma como será viabilizado o pagamento desses serviços, e restituir os recursos da Contribuição destinados a esse fim, caso o Banco não receba as demonstrações financeiras e demais relatórios auditados dentro dos prazos estipulados neste Convênio.

Artigo 6. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir os itens alocados a seu débito no orçamento do Projeto incluído no Anexo Único que descreve o Projeto. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Projeto. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Projeto.

Artigo 7. Suspensão e cancelamento dos desembolsos e outras medidas. (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; e

² “Período de encerramento” significa o prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso dos recursos da Contribuição, para a finalização dos pagamentos pendentes a terceiros, a apresentação da justificação final das despesas efetuadas, a reconciliação de registros e a devolução ao Banco dos recursos da Contribuição desembolsados e não justificados.

(ii) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Projeto. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a fim de que este apresente seus pontos de vista e, transcorridos 30 (trinta) dias da data da comunicação enviada pelo Banco, este poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Beneficiário ou no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Projeto, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) Além do disposto no parágrafo (a) anterior, o Banco poderá: (i) suspender os desembolsos, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, caso seja determinado em qualquer etapa que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor cometeu uma prática proibida, conforme definido no Artigo 8 destas Normas Gerais (doravante denominadas “Práticas Proibidas”), durante o processo de contratação ou durante a execução de um contrato; e (ii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada inequivocamente a uma aquisição determinada de bens, obras, serviços conexos ou serviços de consultoria, se: (A) a qualquer momento determinar-se que tal aquisição ou contratação foi efetuada sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (B) determinar-se que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que esteja atuando como proponente ou participando de atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, quando haja evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras coisas, a notificação adequada do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.

Artigo 8. Práticas Proibidas. (a) Para os efeitos deste Convênio, entende-se que uma Prática Proibida inclui as seguintes práticas: (i) “prática corrupta” consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberada ou imprudentemente, engane ou pretenda enganar alguma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação; (iii) “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar indevidamente as ações de uma parte; (iv) “prática colusória” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, que inclui influenciar, de forma imprópria, as ações de outra parte; e (v) “prática obstrutiva” consiste em: (A) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou

prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusória; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir-lhe de divulgar seu conhecimento de assuntos que sejam importantes para a investigação ou que prossiga a investigação, ou (B) todo ato que vise a impedir de forma material o exercício de inspeção do Banco e os direitos de auditoria previstos nos Artigos 13(c), 14(g) y 15(e) destas Normas Gerais.

(b) Além do estabelecido nos Artigos 7(c)(i) y 7(c)(ii)(B) destas Normas Gerais, caso seja determinado que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente proposta ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluídos, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para a aquisição de obras, bens, serviços relacionados e a contratação de serviços de consultoria;
- (ii) declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco se houver evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) emitir advertência à empresa, entidade ou indivíduo na forma de uma carta formal censurando sua conduta;
- (iv) declarar uma empresa, entidade ou indivíduo inelegível, permanentemente ou por um período determinado para: (A) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (B) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor ou prestador de serviços por outra empresa elegível a qual se adjudique um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (v) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vi) impor outras sanções que considere apropriadas às circunstâncias do caso, incluída a aplicação de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações ou autuações. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição às

sanções referidas no Artigo 7(c)(i), no Artigo 7(c)(ii)(B) e nos itens (i) a (v) deste Artigo 8(b).

(c) O disposto no Artigo 7(c)(i) e no Artigo 8(b)(i) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção, ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas), poderá ver-se sujeito a sanções, de acordo com o disposto nos acordos subscritos pelo Banco com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo (e), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(f) Quando o Beneficiário adquira bens, contrate obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada, ou contrate uma agência especializada para prestar serviços de assistência técnica ao amparo de um acordo entre o Beneficiário e tal agência especializada, serão aplicadas integralmente a requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria ou consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas) ou a qualquer outra entidade que tenha subscrito contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços conexos com atividades financiadas pelo Banco, todas as disposições estipuladas neste Convênio relativas a sanções e Práticas Proibidas. O Banco se reserva o direito de obrigar o Beneficiário a valer-se de recursos como a suspensão ou rescisão do contrato. O Beneficiário se compromete a incluir nos contratos com as agências especializadas disposições obrigando a mesma a consultar a lista de empresas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso uma agência especializada subscreva contrato ou ordem de compra com uma empresa ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos conexos e tomará outras medidas que considere convenientes.

Artigo 9. Taxa de câmbio para Projetos financiados com recursos expressos em dólares dos Estados Unidos da América.

- (a) Desembolsos:
- (i) A equivalência em dólares dos Estados Unidos da América de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado; e
 - (ii) A equivalência em dólares dos Estados Unidos da América da moeda local ou de outras moedas não conversíveis, em caso de Projetos regionais, em que os desembolsos da Contribuição possam ser feitos, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares da moeda local ou de outras moedas não-conversíveis, em caso de Projetos regionais, em poder do Banco.
- (b) Despesas efetuadas: A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (i) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido de reembolso ao Banco; ou (ii) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 10. Taxa de câmbio para Projetos financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar dos Estados Unidos da América. (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
- (ii) moeda local ou outras moedas não conversíveis, aplicando, em caso de projetos regionais, na data do desembolso, o seguinte procedimento: (A) será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; (B) posteriormente, será calculada a equivalência desses dólares na moeda local ou em outras moedas não

convertíveis, aplicando a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares dessas moedas em poder do Banco.

- (b) Despesas efetuadas: A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (i) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido ao Banco; ou (ii) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 11. Seleção e contratação de serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao estabelecido no inciso (b) deste Artigo, o Beneficiário se compromete a realizar e, se for o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem, a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Beneficiário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo Órgão Executor, Agência de Contratações e agência especializada, se houver, as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores.

(b) Quando o Banco tenha validado os sistemas do país membro do Banco onde o Projeto será executado, o Beneficiário ou, se for o caso, o Órgão Executor, poderão realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos da Contribuição utilizando tais sistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação aplicável validada, os quais se identificam nas Disposições Especiais. O Beneficiário se compromete a notificar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor notifique ao Banco qualquer mudança em tal legislação ou qualquer mudança que afete a mesma, em cujo caso o Banco poderá cancelar, suspender ou modificar os termos de sua validação. O uso de sistemas de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e estejam sujeitas às demais cláusulas deste Convênio.

(c) O Beneficiário se compromete a atualizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, ao menos anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada de tal Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, *ex ante* ou *ex post*, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. Em qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, mediante comunicação prévia ao Beneficiário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

(e) O Beneficiário se compromete a obter, ou se for o caso, a que o Órgão Executor obtenha, antes da adjudicação do contrato correspondente a cada uma das obras do Projeto, se houver, a posse legal dos terrenos onde se construirá a respectiva obra, as servidões ou outros direitos necessários para sua construção e utilização, assim como os direitos sobre as águas que se requeiram para a obra em questão.

(f) Para efeito do anterior: (i) “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Beneficiário ou, se for o caso, o Órgão Executor, assume total ou parcialmente a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto; (ii) “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações da operação, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores; (iii) “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do Projeto pelo Banco; (iv) “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do Projeto pelo Banco.

(g) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo Único que descreve o Projeto, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá adquirir os bens e contratar os consultores e serviços diferentes de consultoria previstos no Projeto.

(h) Quando os bens e serviços adquiridos e contratados para o Projeto forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e oferecedores e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(i) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a contratação de consultores. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços diferentes de consultoria ou pela contratação de consultores, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens e serviços diferentes de consultoria e dos consultores satisfaz os requisitos técnicos do Projeto.

(j) Durante a execução do Projeto, os bens a que se refere o inciso (g) deste Artigo serão utilizados exclusivamente para a realização do Projeto. Concluída a execução do Projeto, tais bens poderão ser empregados para outros fins.

(k) Os bens compreendidos no Projeto serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 12. Outras obrigações contratuais dos consultores. (a) Além dos requisitos especiais incluídos no Artigo 13(c), no Artigo 14(g) e no Artigo 15(e) destas Normas Gerais, nas Disposições Especiais, no(s) Anexo(s) e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;
- (ii) fornecer ao Beneficiário ou ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) no caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário ou o Órgão Executor para participar da realização do Projeto, a fim de completar os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal; e
- (iv) ceder ao Banco os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual, nos casos em que procedam esses direitos, sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Projeto.

(b) Não obstante o estipulado no inciso (a)(iv) anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Projeto, o Banco outorga ao Beneficiário ou ao Órgão Executor o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Projeto, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará esses produtos de consultoria de acordo com o estabelecido no Artigo 17 destas Normas Gerais.

Artigo 13. Sistema de Informação Financeira e Controle Interno. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco, que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Projeto, proporcione confiabilidade sobre a informação financeira, registros e

arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos, e permita o cumprimento das disposições previstas neste Convênio.

(b) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a manter os registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos depois da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, de modo a: (i) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (ii) consignar, em conformidade com o sistema de informação financeira aprovado pelo Banco, as despesas realizadas a débito do Projeto, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos necessários para a sua completa execução; (iii) conter o detalhamento necessário para identificação dos serviços contratados e dos bens adquiridos, conforme o caso, assim como a utilização dos referidos bens e serviços; (iv) evidenciar a conformidade da autorização, do recebimento e do pagamento do serviço contratado ou do bem adquirido, conforme o caso; (v) incluir a documentação relacionada com o processo de contratação, aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco e por outras fontes de financiamento, o que compreende, embora de forma não limitativa, os editais de licitação, os pacotes de propostas, os resumos, as avaliações das propostas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho, as faturas, os certificados e relatórios de aceitação, recibos, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (vi) demonstrar o custo do Projeto em relação a cada categoria do seu orçamento.

(c) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com os recursos da Contribuição do Banco celebrados pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os fornecedores e os prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários a manter todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

Artigo 14. Auditoria Externa. (a) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a apresentar ao Banco, durante o período de execução do Projeto e dentro dos prazos e com a frequência indicados nas Disposições Especiais deste Convênio, as demonstrações financeiras do Projeto e outros relatórios que o Banco razoavelmente solicitar, assim como qualquer informação financeira adicional solicitada pelo Banco com relação a esses relatórios e demonstrações, de acordo com padrões e princípios de contabilidade aceitáveis ao Banco.

(b) O Beneficiário se compromete a que as demonstrações financeiras e demais relatórios indicados nas Disposições Especiais deste Convênio sejam auditados por auditores independentes aceitáveis ao Banco, de acordo com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco, e a apresentar, à satisfação do Banco, qualquer informação que este solicitar com relação aos auditores independentes contratados.

(c) O Beneficiário se compromete a selecionar e contratar, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, os auditores independentes necessários à apresentação oportuna

das demonstrações financeiras e dos demais relatórios mencionados no inciso (b) anterior, no mais tardar, 4 (quatro) meses antes do encerramento da cada exercício fiscal do país do Beneficiário, a partir da data de entrada em vigor deste Convênio ou em outro prazo acordado pelas partes, de acordo com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, autorizará os auditores a fornecerem ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar com relação às demonstrações financeiras e a outros relatórios auditados.

(d) Nos casos em que a auditoria esteja a cargo de um órgão oficial de fiscalização e esse não possa realizar o trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores independentes aceitáveis ao Banco de acordo com o indicado no inciso (c) anterior.

(e) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional e mediante prévio acordo entre as partes, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores independentes para realizar a auditoria das demonstrações financeiras e de outros relatórios auditados previstos neste Convênio quando: (i) os benefícios da seleção e contratação desses serviços pelo Banco sejam maiores; ou (ii) os serviços de firmas privadas e contadores públicos independentes no país forem limitados; ou (iii) quando circunstâncias especiais justifiquem a seleção e contratação de tais serviços pelo Banco.

(f) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a realização de outra classe de auditorias externas ou de trabalhos relacionados com a auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção e termos de referência serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

(g) Os documentos de licitação e os contratos que o Beneficiário ou Órgão Executor celebrem com um fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, subempreiteiro, consultor, subconsultor, pessoal ou concessionário deverão incluir disposição que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Banco.

Artigo 15. Inspecões. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário e o Órgão Executor, conforme o caso, permitirão que o Banco inspecione a qualquer momento o Projeto, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, contará com a mais

ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverão fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário e o Órgão Executor colocarão seu pessoal à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, apresentará os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, se recuse a cumprir o pedido feito pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discricção, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso.

(e) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição do Banco celebrado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os requerentes, proponentes, fornecedores e prestadores de serviços e seus representantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários: (i) permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco; (ii) prestem plena assistência ao Banco durante a investigação; e (iii) forneçam ao Banco qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que seus empregados ou agentes que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder a consultas referentes à investigação provenientes do pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor ou seus representantes ou concessionário se negue a cooperar ou descumpra requerimento do Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação do Banco, o Banco, a seu critério único e exclusivo, poderá tomar medidas apropriadas contra o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor e seus representantes ou concessionário.

Artigo 16. Outros compromissos. O Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) proporcionar aos consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;

- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos consultores e suas observações sobre eles;
- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Projeto e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no respectivo país ou países informado sobre todos os aspectos do Projeto.

Artigo 17. Publicação de documentos. Qualquer documento a ser emitido no nome do Banco ou usando seu logotipo que se queira publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, esforço de investigação ou qualquer outra atividade financiada com os recursos do Projeto, deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

Artigo 18. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Projeto realizado pelo Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso, o Banco poderá supervisionar a execução do Projeto no local.

Artigo 19. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Projeto.

Artigo 20. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa.

A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que nos parágrafos (a) e (b) anteriores, onde se diz “Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos”, deve-se ler “Presidente da Corte Internacional de Justiça de Haya”.

(c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que o texto deste parágrafo (c) dirá assim: “O Tribunal de Arbitragem será constituído no lugar e na data em que este designar e, uma vez constituído, funcionará na data em que o Tribunal fixar”.

(d) **Procedimento.**

(i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.

(ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.

(iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.

(e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no

procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.

- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

Nos casos de convênio com o Equador, as partes acordam que o texto deste parágrafo (f) dirá assim: “Toda notificação relacionada com arbitragem e julgamento será realizada na forma prevista nestas Normas Gerais. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação. No entanto, obrigatoriamente, o Procurador Geral do Estado deverá ser notificado.”

ANEXO ÚNICO

O PROJETO

Avaliação dos Impactos das Mudanças Climáticas sobre a Floresta Amazônica

I. Objeto

- 1.01** O objetivo do Projeto é apoiar o Governo do Brasil (GOB), por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na avaliação dos efeitos do aumento do CO₂ atmosférico sobre a resiliência da floresta amazônica¹ (um fator chave para a probabilidade de um *dieback*), e de suas potenciais implicações econômicas.

II. Descrição

Componente 1: Impactos Econômicos de um *Dieback* da Amazônia

- 2.01** Este componente financiará a contratação de um consultor individual, o qual avaliará o tipo e a gravidade dos impactos econômicos de um “*dieback*” potencial da floresta amazônica na segunda metade do século atual. A avaliação desses impactos econômicos e a obtenção de estimativas de primeira ordem sobre as incertezas associadas a esses impactos reforçarão a justificativa para o experimento sobre o aumento de CO₂ assim como aumentarão as chances de captação de recursos complementares para a condução do experimento em longo prazo. Um produto inicial será uma avaliação das implicações físicas de um “*dieback*” da Amazônia². O produto resultante deste componente será um relatório sobre os potenciais impactos econômicos de um “*dieback*” das florestas da Amazônia, que deve ser um estudo de compilação elaborado com base na revisão da literatura científica e não científica, bem como por meio de pesquisa de banco de dados existente correlacionando os extremos climáticos atuais na Amazônia e seus impactos multi-setoriais em escala local e regional (por exemplo, a análise cruzada de registros climáticos disponíveis no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do MCTI – INPE, e as estatísticas de produção agrícola disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Componente 2: Desenho e Avaliação

- 2.02** Este componente financiará consultorias individuais de especialistas de alto nível acadêmico, assim como os serviços de consultoria de uma empresa de engenharia. Como

¹ Para a descrição completa do experimento, ver [Document Amazon-FACE](#).

² O MCTI aportará contrapartida local não financeira para a elaboração deste relatório.

produto deste componente, esperam-se obter os planos detalhados de engenharia para a construção e operação de um experimento de CO₂ cientificamente consistente, compreensivo e replicável. As atividades deste componente incluem: (i) identificação da localização exata para as parcelas experimentais; (ii) avaliação das restrições logísticas (estradas, energia e riscos); (iii) desenvolvimento de uma lista de fontes e custos de todos os materiais e equipamentos necessários para a exposição de CO₂ e acesso ao dossel da floresta; (iv) preparação de planos de construção; e (v) preparação do local de pré-construção. O consultor interagirá ativamente com a empresa de engenharia para preparar esses documentos e identificar provedores locais e fornecedores de materiais necessários para a implementação do experimento. A empresa de engenharia contratada será responsável pela elaboração do plano técnico (desenho de construção e projeto executivo) e terá a responsabilidade técnica pelo mesmo. O consultor será um especialista em tecnologia FACE (Free- Air CO₂ Enrichment), a fim de auxiliar a empresa de engenharia com detalhes técnicos específicos para este tipo de construção, assim como será responsável pela elaboração do relatório descritivo do plano técnico e de outras recomendações operacionais nos tópicos acima mencionados. O resultado a ser apresentado no final deste componente será o relatório técnico, o qual deverá conter as normas técnicas, os planos de engenharia e o manual de operações.

Componente 3: Caracterização do local

2.03 Este componente financiará consultorias individuais que serão responsáveis pela execução de uma série de medições no local (monitoramento meteorológico e carbono acima e abaixo do solo, fluxos e reservas de água e de nutrientes),³ bem como a avaliação de modelos de ecossistema para o local experimental, o que permitirá a identificação de áreas prioritárias para o desenvolvimento do modelo no futuro. Este componente também financiará a aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária para realizar estas medições. O exercício de modelagem será uma das primeiras atividades do Projeto, uma vez que os resultados do modelo podem afetar ativamente o tipo e a frequência das medições a serem realizadas nas parcelas experimentais. Em seguida, será elaborado um protocolo estruturado sobre as medições a serem realizadas nas parcelas experimentais (incluindo regras de acesso para o local). As medições seguintes serão realizadas principalmente em duas parcelas florestais de 30 metros de diâmetro, com árvores que alcançam 35m de altura na área ZF2⁴, localizada aproximadamente 60 quilômetros ao norte de Manaus, em uma área de propriedade do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia do Brasil (INPA) e administrada por este instituto. A área ZF2 foi escolhida por uma série de razões: (i) a vegetação e o solo encontrados na área são representativos de 32% das florestas encontradas na bacia amazônica (e 60% da Amazônia brasileira);

³ Índice de área foliar, fenologia, crescimento da árvore, posição da árvore, análise de tecido vegetal, serapilheira, temperatura da folha/dossel, distribuição e crescimento de raízes; umidade do solo, nutrientes e carga de matéria orgânica do solo; perfil vertical da concentração/temperatura/umidade/vento/radiação/precipitação de CO₂.

⁴ O experimento de aumento de CO₂ atmosférico está previsto para ocorrer em três fases: (i) Medições pré-experimentais (primeiros 1,5 anos); (ii) Experimento piloto (2 anos seguintes), incluindo um par de parcelas experimentais equipadas com tecnologia FACE (Free-Air CO₂ Enrichment), uma para controle e outra para o tratamento com o aumento de CO₂; e (iii) Experimento completo de longo prazo (dez anos seguintes), compreendendo a adição de três pares de parcelas experimentais de controle/tratamento.

(ii) a sua proximidade de uma grande cidade como Manaus e boa acessibilidade, considerando-se a necessidade de longo prazo para o fornecimento de CO₂ líquido a ser utilizado nas parcelas experimentais; (iii) o registro completo de estudos climáticos e ambientais já existentes no local; e (iv) a infraestrutura já existente, que inclui duas estações de pesquisa totalmente equipadas e duas torres eddy-flux de 50m de altura. Não obstante, a localização exata das parcelas experimentais dentro desta área de 380 km² será determinada através deste componente do Projeto. O resultado deste componente será um relatório marco detalhando: (i) os resultados iniciais de modelagem do ecossistema para o local experimental; (ii) um protocolo sobre as medições a serem efetuadas nas parcelas experimentais durante todo o experimento; e (iii) a caracterização da linha de base do local, em termos de fluxos e reservas de carbono/água/nutrientes.

Componente 4: Workshops/Divulgação

- 2.04** Este componente financiará dois workshops anuais durante o período de execução do Projeto, reunindo a comunidade científica e as partes interessadas (*stakeholders*) para discutir o progresso e os impactos mais amplos dos resultados. Além das sessões paralelas sobre os temas científicos, tais como fisiologia vegetal, dinâmica e modelagem do solo, nesses dois workshops serão realizadas sessões sobre as implicações econômicas e políticas do Projeto. Os resultados deste componente serão relatórios sucintos de comunicação elaborados após cada workshop. As discussões e as decisões tomadas nos workshops apoiarão a elaboração dos documentos de trabalho com base nos componentes 1 e 2.

III. Custo do Projeto e Orçamento

- 3.01** O custo total do Projeto será de US\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares), dos quais US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) serão financiados pelo Banco, por meio do Fundo do Programa Especial de Energia Sustentável e Mudança Climática BID, e US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) serão aportados pelo Beneficiário como contrapartida local.

Custo e financiamento
(em US\$)

RESULTADOS		Fontes de financiamento		TOTAL
		BID - SECCI	Contrapartida MCTI	
Componente 1. Impactos Econômicos de um <i>Dieback</i> da Amazônia avaliados		10.000	-	10.000
1.1	Impactos Econômicos de um <i>Dieback</i> da Amazônia avaliados	10.000	-	10.000
Componente 2. Plano técnico definido		390.000	-	390.000
2.1	Planos de engenharia definidos	390.000	-	390.000
Componente 3. Área para o experimento caracterizada de modo biofísico		389.000	500.000*	889.000
3.1	Protocolo estabelecido para uso e acesso ao local; componente de coordenação	155.000	-	155.000
3.2	Meteorologia do local avaliada	52.000	62.500**	114.500
3.3	Ecologia do terreno do local avaliada	56.000	62.500**	118.500
3.4	Ecologia subterrânea do local avaliada e atividades coordenadas localmente	70.000	62.500**	132.500
3.5	Prioridades do modelo de ecossistema definidas	56.000	62.500**	118.500
3.6	Equipamentos de apoio/infraestrutura adquiridos	-	250.000	250.000
Componente 4. Projeto disseminado (divulgação)		135.000	-	135.000
4.1	Informações trocadas interna e externamente (<i>workshops</i>)	75.000	-	75.000
4.2	Alunos treinados (cursos de curta duração)	60.000	-	60.000
Componente 5. Execução e gerenciamento do Projeto		76.000	-	76.000
5.1	Aquisição. contratos e pagamentos administrados corretamente	62.500	-	62.500
5.2	Auditoria financeira externa	13.500	-	13.500
TOTAL		1.000.000	500.000	1.500.000
US\$1,00 = BRL\$2,30; * 50% não financeira** não financeira.		66.7%	33.3%	100.0%

IV. Execução

4.01 O Órgão Executor do Projeto será a Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera do Brasil (FDB), conforme solicitado pelo MCTI. O conselho da FDB está localizado em Manaus e é composto principalmente por membros do INPA, que possuem experiência substancial na gestão e execução de grandes projetos na região (tal como, por exemplo, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPD-G7)) e no contexto das mudanças climáticas e florestas tropicais. A equipe de execução é

qualificada para a seleção e contratação de serviços de consultoria de alta qualidade. Como tal, a FDB terá a principal responsabilidade técnica e fiduciária do Projeto.

- 4.02** A seleção e contratação dos serviços de consultoria serão realizadas pelo Órgão Executor de acordo com o documento GN-2350-9 (Políticas para a Seleção e Contratação de Serviços de Consultoria financiados pelo BID). A aquisição de bens e serviços relacionados será realizada de acordo com o documento GN-2349-9 (Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo BID).